

ECONOMIA EM DIA

Edição especial - Perspectivas para o Cenário Brasileiro

PARANÁ



G O V E R N O D O E S T A D O
SECRETARIA DA FAZENDA

Ficha Técnica

Secretário de Estado da Fazenda do Paraná

Norberto Anacleto Ortigara

Diretor-Geral da Secretaria da Fazenda do Paraná

Luiz Paulo Budal Pedroso de Almeida

Assessoria Técnica de Economia

Eduardo Fernandes Paim Filho

Juliano Farias dos Santos

Luana Carla Falcão Rebouças da Fonseca

Mateus Ramalho Ribeiro da Fonseca

Matheus Ganzala Nunes Teixeira

Melissa Valeria Bassani

Rafael Fiorott Oliveira

Perspectivas para o Cenário Brasileiro

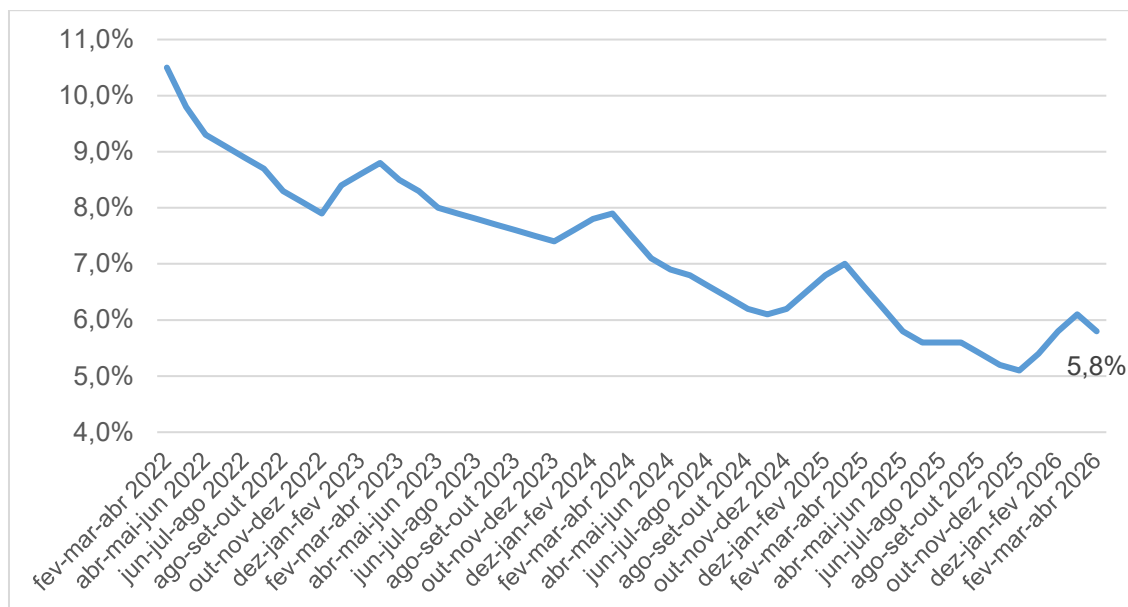
Tempo de leitura entre 8 e 10 minutos.

Mateus Ramalho Ribeiro da Fonseca

De acordo com o Boletim Focus do Banco Central do Brasil de maio de 2026, a economia brasileira deverá crescer 1,85% em 2026 e 1,76% em 2027 — desempenho modesto que reflete o peso acumulado de uma inflação persistentemente acima da meta, de uma taxa básica de juros ainda restritiva e de um mercado de trabalho aquecido que, embora positivo do ponto de vista social, sustenta pressões de demanda incompatíveis com a convergência inflacionária.

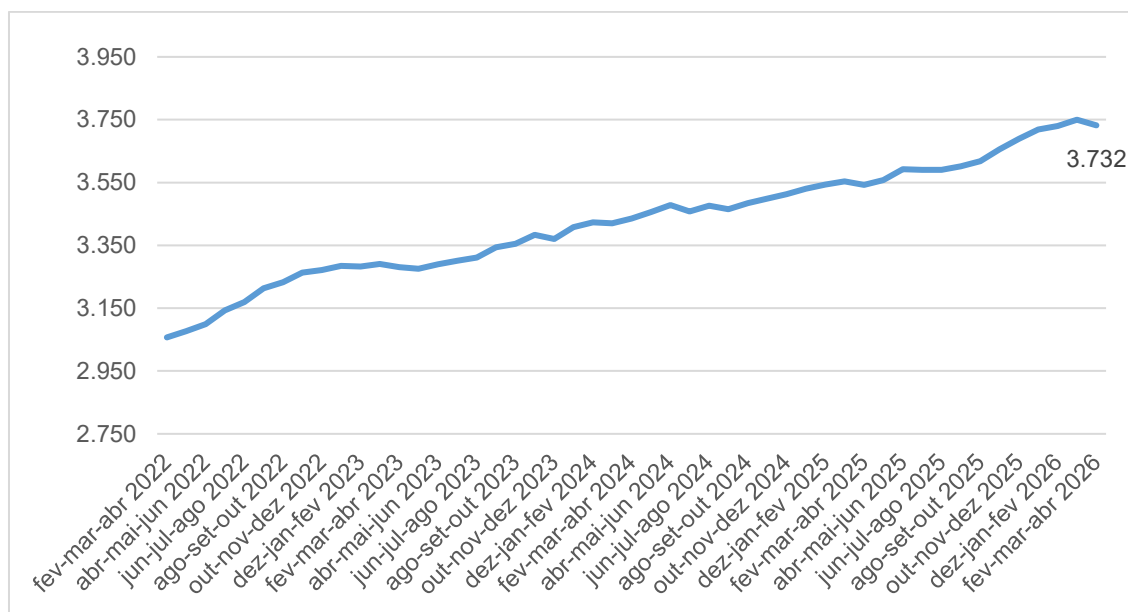
A taxa de desocupação recuou ao longo dos trimestres recentes, conforme ilustrado na Figura 1, encerrando o trimestre de fevereiro a abril de 2026 em patamar próximo ao menor nível registrado desde o início da série histórica.

Figura 1 - Taxa de desocupação no Brasil - PNAD Contínua - 2022 - 2026.



Fonte: IBGE. Elaboração: Assessoria Técnica de Economia (ATE/SEFA).

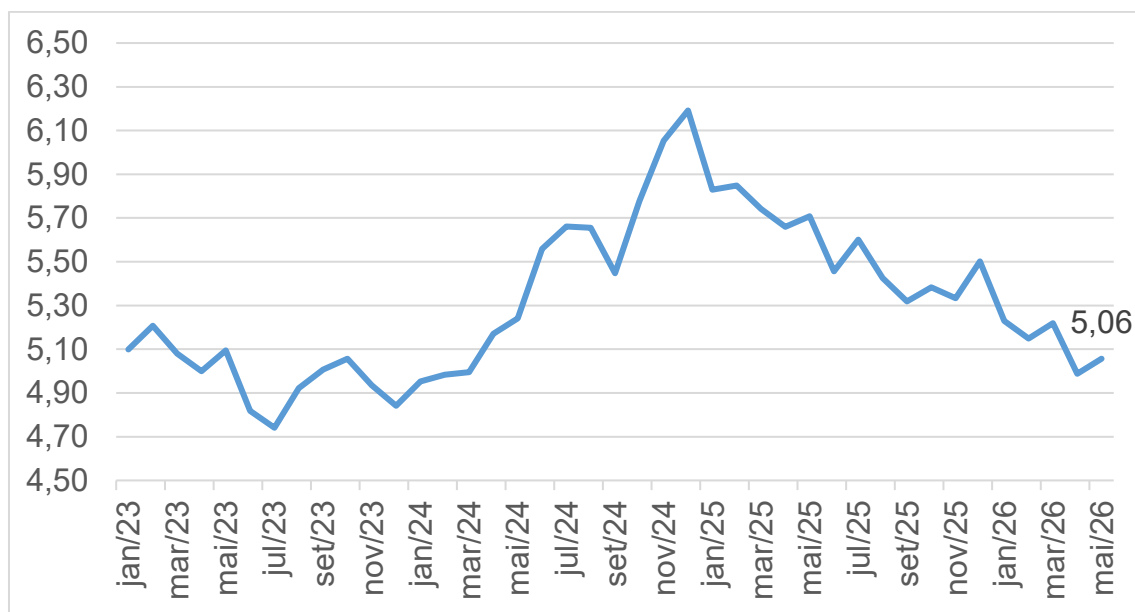
Em paralelo, a Figura 2 demonstra que o rendimento médio real dos trabalhadores cresceu de forma consistente, impulsionado pelo dinamismo do setor de serviços e pela expansão do crédito. A massa salarial real resultante — produto da ocupação elevada e dos ganhos de remuneração — sustentou o consumo das famílias, componente que representa aproximadamente dois terços do PIB a preços correntes.

Figura 2 - Remuneração média no Brasil - PNAD Contínua - 2022 - 2026.

Fonte: IBGE. Elaboração: Assessoria Técnica de Economia (ATE/SEFA).

Esse aquecimento, ainda que favorável do ponto de vista da renda, contribuiu para a persistência da inflação ao manter a demanda doméstica em patamar elevado. A combinação de pressões de demanda com choques de oferta de origem climática e cambial configurou um ambiente de preços resistente, cujos efeitos sobre as expectativas de mercado comprometem o horizonte de ajuste para 2027.

A taxa de câmbio manteve-se em patamar depreciado ao longo do biênio 2025-2026, conforme ilustrado na Figura 3. O Boletim Focus de maio de 2026 projeta encerramento do ano corrente com câmbio médio de R\$ 5,20 por dólar norte-americano, com leve elevação para R\$ 5,30 em 2027, refletindo um ambiente externo marcado por restrições crescentes ao comércio internacional e menor apetite ao risco em relação às economias emergentes. A persistência do câmbio depreciado impacta diretamente o custo de bens importados, insumos industriais e alimentos com cotação internacional, ampliando as pressões inflacionárias de origem externa sobre a economia doméstica.

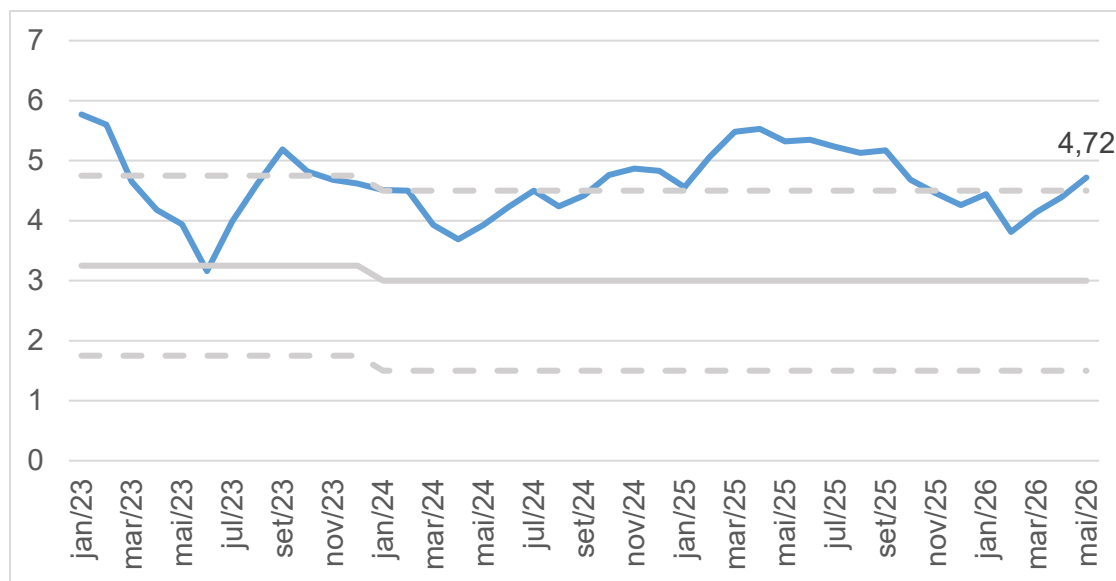
Figura 3 - Taxa de câmbio média mensal (R\$/US\$) - 2023 a 2026.

Fonte: BCB. Elaboração: Assessoria Técnica de Economia (ATE/SEFA).

O cenário externo adiciona complexidade ao processo de desinflação. A ampliação de barreiras tarifárias promovida pelos Estados Unidos, ao elevar custos de produção e distorcer cadeias globais de valor, contribui para reforçar pressões inflacionárias em economias abertas e dependentes de insumos importados. Para o Brasil, a desaceleração da demanda chinesa introduz incerteza sobre os preços de produtos agrícolas e minerais que compõem parcela relevante da pauta exportadora nacional e paranaense. Esse conjunto de fatores externos limita o alívio inflacionário que uma eventual estabilização cambial poderia proporcionar, estreitando o espaço para um processo de desinflação mais célere.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou 4,91% em dezembro de 2025, superando a banda superior da meta de inflação fixada em 4,50% pelo Conselho Monetário Nacional (Copom) — pelo segundo ano consecutivo acima do limite de tolerância. A trajetória do índice, representada na Figura 4, evidencia que a inflação permaneceu sistematicamente acima do centro da meta de 3,0% ao longo de toda a série histórica recente, sem convergência sustentada.

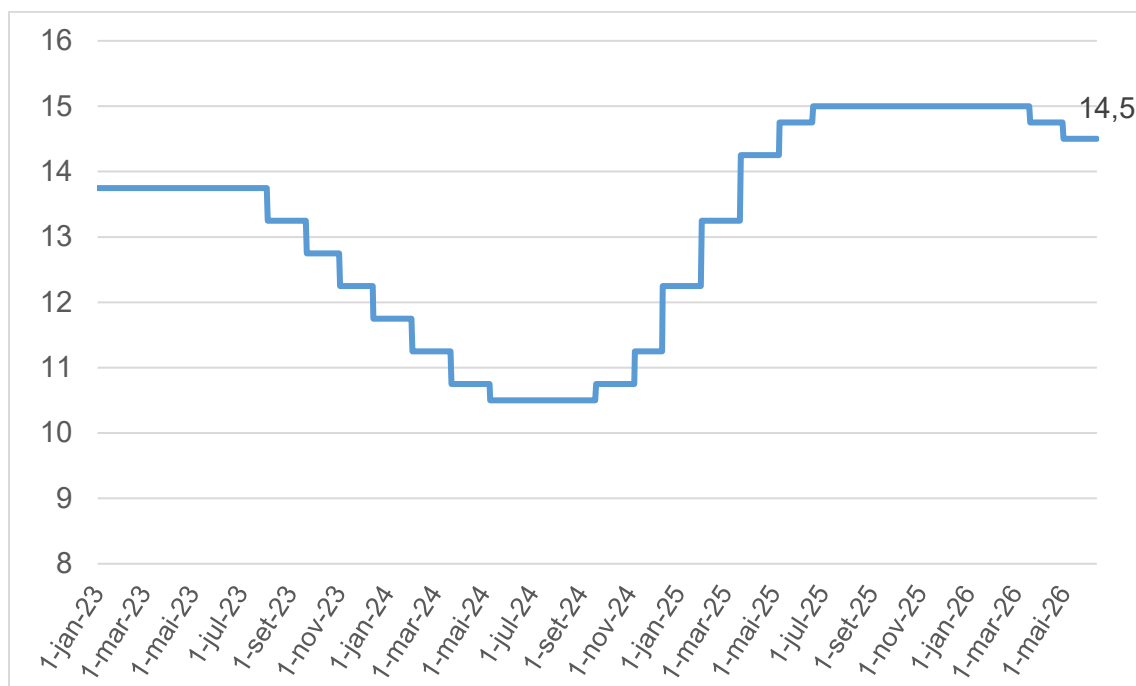
Figura 4 - Inflação medida pelo IPCA (%) acumulada em 12 meses, com a respectiva meta e bandas em torno da meta.



Fonte: BCB. Elaboração: Assessoria Técnica de Economia (ATE/SEFA).

O ponto de maior preocupação, contudo, não reside apenas no resultado corrente: reside no horizonte das projeções. Pelo Boletim Focus de maio de 2026, a mediana das expectativas de mercado não antecipa o retorno do IPCA ao centro da meta em nenhum dos quatro anos à frente — 4,00% em 2027, 3,64% em 2028 e 3,50% em 2029. A ausência de convergência projetada ao longo de todo o horizonte relevante de política monetária caracteriza um processo de desancoragem das expectativas que eleva o custo da política monetária necessária para convergir à meta: agentes que não antecipam convergência incorporam preços mais altos em contratos, reajustes e investimentos, realimentando as pressões que o Copom busca debelar.

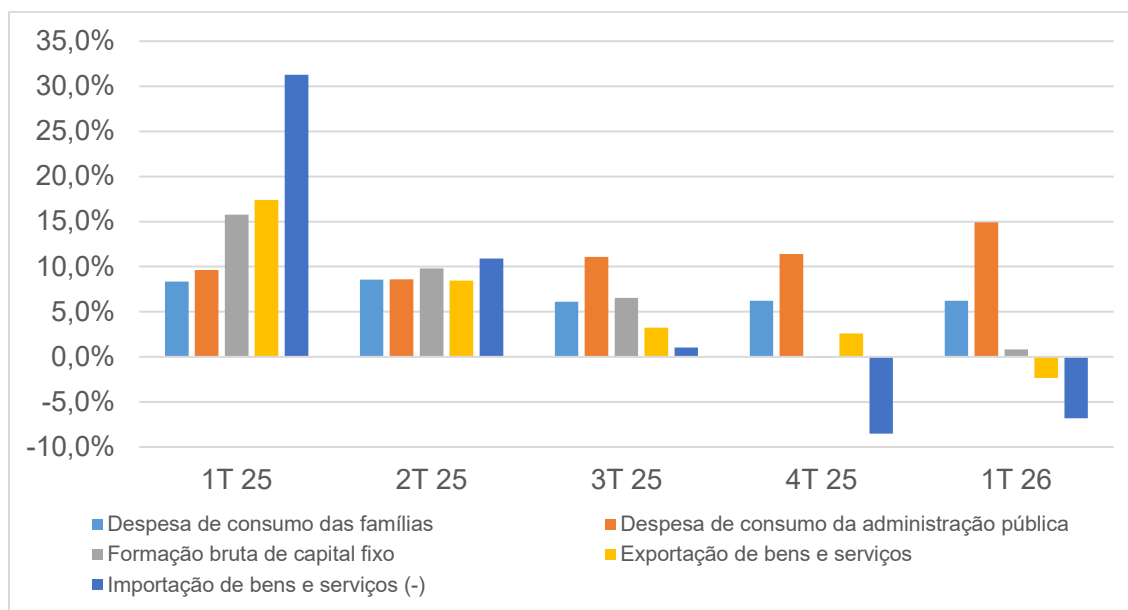
Em resposta ao quadro de desancoragem e inflação persistente, o Copom manteve a taxa Selic no pico de 14,75% ao ano durante 2025, iniciando, somente em 2026, um ciclo gradual de cortes que levou a taxa a 14,25% ao ano em maio do mesmo exercício, conforme demonstrado na Figura 5. Para o fechamento de 2026, o Boletim Focus projeta Selic de 13,00% ao ano, e de 11,25% ao final de 2027, configurando corte acumulado de 3,50 pontos percentuais em dois anos — mas preservando a taxa em patamar ainda restritivo, superior à estimativa de juro neutro para a economia brasileira.

Figura 5 - Taxa de juros SELIC (%) definida pelo COPOM.

Fonte: BCB. Elaboração: Assessoria Técnica de Economia (ATE/SEFA).

A eficácia desse ciclo de afrouxamento, contudo, encontra limitação relevante. As dívidas das famílias com o Sistema Financeiro Nacional chegaram, em 2025, à proporção de 48,56% da renda acumulada dos últimos doze meses¹, patamar que compromete parcela expressiva da renda disponível com o serviço da dívida. Nesse contexto, a queda da taxa básica não se converte imediatamente em expansão do consumo e do investimento — os beneficiários mais endividados tendem a utilizar o alívio nos encargos para recompor liquidez ou amortizar passivos. Isso explica, em grande medida, a razão pela qual o PIB de 2027 é projetado em 1,76% — praticamente o mesmo crescimento de 1,85% estimado para 2026 —, a despeito dos cortes acumulados na Selic.

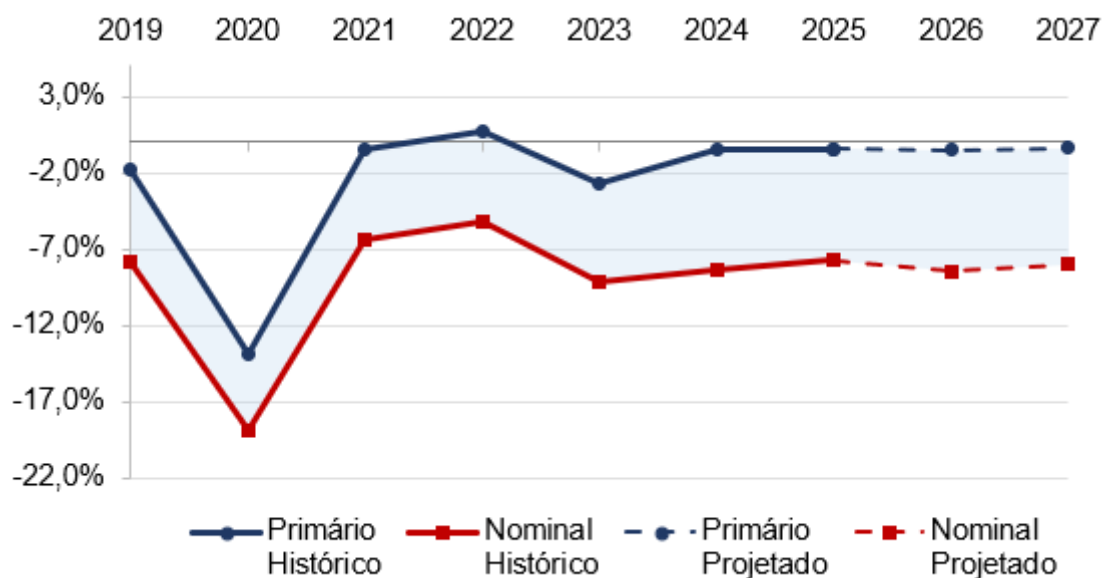
¹ BCB – Sistema Financeiro Nacional, 2025.

Figura 6 - PIB a preços de mercado trimestre contra trimestre do ano anterior (%).

Fonte: IBGE/SCNT. Elaboração: Assessoria Técnica de Economia (ATE/SEFA).

A evolução trimestral do produto interno bruto, apresentada na Figura 6, reflete uma desaceleração progressiva da atividade econômica, com crescimento ainda positivo, mas em trajetória de acomodação. O consumo das famílias, principal motor do crescimento nos períodos anteriores, perde impulso à medida que os efeitos defasados da política monetária restritiva se consolidam e o elevado endividamento limita o espaço para novos gastos. A formação bruta de capital fixo segue pressionada pelo custo do crédito produtivo, com expansão modesta projetada de 2,00% em 2027. No setor externo, as exportações mantêm trajetória positiva, sustentadas pela competitividade cambial e pelo desempenho do agronegócio, enquanto o setor agropecuário tende a estabilizar sua contribuição ao crescimento após a expansão expressiva registrada em 2025.

As projeções do Boletim Focus indicam melhora do resultado nominal do setor público, de -8,50% do PIB em 2026 para -8,00% em 2027. Essa leitura, contudo, exige cautela: o resultado primário avança apenas 0,10 ponto percentual no mesmo período, de -0,50% para -0,40% do PIB, evidenciando que a melhora nominal é preponderantemente mecânica — decorre da redução das despesas financeiras com a queda da Selic sobre o estoque da dívida pública, e não de avanço estrutural no controle do gasto primário. A trajetória fiscal permanece, assim, dependente da continuidade do ciclo de afrouxamento monetário: qualquer choque inflacionário que interrompa a queda da Selic agravará imediatamente o custo financeiro de uma dívida líquida projetada em 73,48% do PIB para 2027, sem que haja margem primária para absorver o impacto.

Figura 7 - Resultado primário e nominal em proporção do PIB - 2019 a 2027.

Fonte: STN. Elaboração: Assessoria Técnica de Economia (ATE/SEFA).

O conjunto dos indicadores analisados aponta para 2027 como um ano de transição, não de recuperação acelerada. Os mecanismos de ajuste macroeconômico estão em movimento, mas a desancoragem das expectativas inflacionárias, o endividamento das famílias e a fragilidade fiscal estrutural impõem limites à velocidade do ajuste. Para o Estado do Paraná, esse contexto reforça a centralidade da disciplina fiscal própria e da diversificação da base produtiva como vetores de resiliência diante de um ambiente macroeconômico nacional que avança, porém de forma mais gradual do que o desejado.